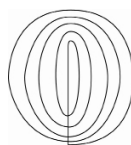


ENGENHARIA CONCEPTUAL

EDIÇÃO DE 2022 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/ FER-FIL/28442/2017



Editado por
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2022 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Engenharia Conceptual
Copyright © 2022 do autor
Delia Belleri

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0089>

Todos os direitos reservados

Resumo

A engenharia conceptual é um método de avaliação e aperfeiçoamento de conceitos. Este artigo introduz-nos ao debate acerca da engenharia conceptual, começando por apresentar alguns dos seus precursores históricos, e focando-se, de seguida, em diversas questões fundacionais acerca deste método e da sua aplicação: Quais são os objectos da engenharia conceptual? O que torna os conceitos bons ou maus? De que modo adquirem os conceitos o seu conteúdo? Teremos alguma controlo sobre esse processo? Será que a engenharia conceptual “muda de assunto”? Como se relacionam a engenharia conceptual, a análise conceptual e a filosofia experimental? Quais são as principais objecções à engenharia conceptual?

Palavras-chave

Engenharia conceptual, conceitos, ética conceptual, semântica e meta-semântica, análise conceptual.

Abstract

Conceptual engineering is a method for the assessment and improvement of conceptual representations. This entry introduces the debate on conceptual engineering, starting with some of its historical precursors. It then focusses on several foundational questions about this method and its application. What are the objects of conceptual engineering? What makes a concept good or bad? How do concepts acquire their content, and do speakers have control over that? Does conceptual engineering “change the subject”? What is the relationship between conceptual engineering, conceptual analysis, and experimental philosophy? What are the main critiques of conceptual engineering?

Keywords

Conceptual engineering, concepts, conceptual ethics, semantics and metasemantics, conceptual analysis.

Engenharia Conceptual

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0089>

1 Introdução

Quando pensamos ou falamos, damos usualmente por adquiridos os nossos conceitos. Contudo, alguns conceitos podem mostrar-se problemáticos ou, de algum modo, defeituosos. Surge, então, a oportunidade de reflectir sobre esses defeitos e de fazer algo quanto a isso. Afinal, talvez possamos substituí-los ou até eliminá-los do nosso repertório conceptual. A engenharia conceptual pode ser descrita como a consideração, avaliação e revisão activa das nossas representações conceptuais.

A motivação principal para nos dedicarmos à engenharia conceptual é que, por vezes, especialmente quando lidamos com um problema teórico ou prático, não é de todo óbvio que os conceitos que estamos a utilizar para formular e resolver esse problema sejam *os melhores conceitos* à nossa disposição. Afinal, os conceitos actualmente disponíveis são o resultado de processos históricos e culturais. Embora possam adequar-se, de melhor ou pior maneira, aos nossos propósitos actuais, eles poderão ter sido cunhados por agentes cujo conhecimento era mais reduzido do que o nosso; agentes para quem certas distinções eram confusas ou pouco claras; agentes que operavam sob condições materiais e culturais que, entretanto, deixaram de se verificar.

Torna-se, assim, plausível considerar a ideia de que certos conceitos podem beneficiar de uma revisão e, desse modo, conduzir a um aperfeiçoamento das nossas ferramentas representacionais e do nosso raciocínio e vida cognitiva em geral. Isto, por sua vez, pode levar a uma discussão que se realizará ao nível meta-conceptual (ou meta-linguístico), em que se avaliarão as falhas desses conceitos e se estudarão maneiras de as remediar. Podemos, metaforicamente, como engenheiros, levar a cabo uma reparação dos conceitos defeituosos.

Publicado pela primeira vez em 2022

Traduzido por Diogo Fernandes

Esta entrada focar-se-á na engenharia conceptual enquanto método de aperfeiçoamento de conceitos filosoficamente relevantes. O termo “engenharia conceptual” foi cunhado apenas recentemente. De modo a obter-se uma perspectiva histórica, a secção 2 passa em revista alguns importantes precursores deste método. A secção 3 foca-se mais detalhadamente sobre o que é actualmente designado por “engenharia conceptual” e expõe alguns exemplos representativos. A secção 4 oferece uma visão geral da literatura corrente sobre engenharia conceptual, focando uma variedade de aspectos fundamentais. O primeiro aspecto consiste em saber quais são os objectos de estudo da engenharia conceptual (secção 4.1). De seguida, explora-se a questão que consiste em determinar aquilo que faz com que um conceito seja bom ou mau e quais as “virtudes” que estes devem possuir (secção 4.2). O tópico relacionado com o modo através do qual os conceitos adquirem os seus conteúdos e a questão de saber se os agentes têm algum papel nesse processo será tratado na secção seguinte (4.3). Em quarto lugar, discute-se se a engenharia conceptual é, de facto, uma forma de “mudar de assunto” (secção 4.4). Em quinto lugar, analisa-se a relação entre a engenharia conceptual, a análise conceptual e a filosofia experimental (secção 4.5). E, finalmente, na secção 4.6, avaliam-se criticamente algumas das principais objecções ao projecto da engenharia conceptual.

2 Precursores

O termo “engenharia conceptual” tem, nos últimos anos, gozado de um extraordinário interesse por parte da comunidade filosófica, devido especialmente à obra de Herman Cappelen, *Fixing Language* (2018), na qual é oferecida uma teoria geral acerca deste método. Contudo, o método em si possui uma história mais longa do que a sua designação. O próprio Cappelen reconhece a existência de uma variedade de metodologias precursoras, estreitamente relacionadas entre si (Cappelen 2018: 4). Consideremos algumas das mais importantes.

2.1 Explicação

Um importante precursor é o método da *explicação*, famosamente promovido por um dos principais representantes do Positivismo Lógico, Rudolf Carnap. Carnap defendeu a adopção do método científico em Filosofia. Este projecto incluía, entre outras coisas, a revisão de conceitos filosóficos considerados vagos e imprecisos, em favor de outros cientificamente mais respeitáveis. No primeiro capítulo do seu livro *The Logical Foundations of Probability* (1950), Carnap designa como explicação o processo através do qual um conceito impreciso, chamado *explicandum*, é revisto ou substituído por um outro conceito mais adequado e preciso, chamado *explicatum*, sendo este aquele que melhor serviria os propósitos científicos e teóricos do explicador. (Carnap 1950: 3).

A explicação é apresentada por Carnap como uma alternativa à *análise conceptual*, na altura uma metodologia filosófica popular. Os filósofos da escola de Oxford focavam-se, tipicamente, num determinado conceito, como MENTE (Ryle 1949) ou VERDADE (Strawson 1949), e realizavam uma análise cujo intuito era descobrir as suas regras ou princípios de utilização mais fundamentais. Tanto a análise como a explicação são, para Carnap, motivadas pelo objectivo de melhorar a *exactidão*. Por um lado, o produto da análise deve coincidir de forma exacta, tanto em sentido como em referência, com o objecto da análise.¹ Por outro lado, um *explicatum* pode, em certo grau, diferir do *explicandum* quanto ao sentido e referência. Isto sucede porque a explicação é normativa – ela procura alcançar o “melhor conceito” disponível –, o que pode implicar um maior ou menor desvio relativamente à representação original.

Carnap enumera quatro características que um *explicatum* deve exibir (Carnap 1950: 7). Primeiro, o *explicatum* tem de ser, de maneira relevante, *similar ao explicandum*; pelo menos na medida em que certos usos passados do *explicandum* devem permanecer inalterados, ainda que o novo conceito possa diferir do anterior em mais do que um aspecto. A segunda característica é a *exactidão*: deve oferecer-se uma

¹ N.T. De maneira análoga às expressões em latim *explanans* e *explanandum*, a autora usa, respectivamente, os termos em língua inglesa “analysans” e “analysandum” que não têm equivalente em português.

definição clara do novo conceito que exiba as conexões relevantes com outros conceitos. Terceiro, o *explicatum* deve ser *frutuoso*, o que, para Carnap, significa que deve ser útil na formulação de enunciados universais – por exemplo, leis empíricas ou teoremas da lógica. Finalmente, o *explicatum* deve exibir um grau adequado de *simplicidade*, aspecto que deve ser maximizado de uma forma compatível com os requisitos mais importantes da similitude, exactidão e frutuosidade.

Um dos exemplos oferecidos por Carnap consiste numa reconstrução, que não pretende ser meticulosa, da evolução dos procedimentos de medição da temperatura. O ponto de partida é o conceito de quente (ou frio) que, ao capturar percepções subjectivas, é considerado rudimentar e impreciso. Verifica-se, depois, uma evolução quando se adopta um conceito ligeiramente mais preciso que inclui uma dimensão comparativa: “mais quente do que” (ou “mais frio do que”). Finalmente, obtém-se o “conceito quantitativo” de temperatura, maximamente exacto na medida em que atribui valores numéricos (graus) aos objectos. Podemos constatar que os três conceitos se assemelham entre si na medida em que todos pretendem ser registos de um mesmo fenómeno – o calor. Exibem também um grau crescente de exactidão, representado em primeiro lugar pelo elemento comparativo em “mais quente do que”, e de seguida pelas escalas quantitativas associadas à “temperatura”. Por último, os três conceitos são incrementalmente frutuoso na medida em que permitem a articulação de enunciados cada vez mais gerais. Mais, podemos presumir que, relativamente à sua função e às representações alternativas, eles são tão simples quanto alguma vez poderiam ser.

As explicações Carnapianas geraram alguma controvérsia. Peter Strawson, uma das figuras mais proeminentes da filosofia da linguagem comum de Oxford, defendeu a análise conceptual contra a explicação, argumentando que aquela é um método mais apropriado para a investigação e resolução (ou dissolução) dos problemas filosóficos (Strawson 1963). O ponto central de Strawson é o de que os problemas filosóficos resultam do uso da linguagem comum. Clarificá-los, resolvê-los ou dissolvê-los é algo que deve ser feito no contexto da linguagem comum ou, pelo menos, através dos recursos oferecidos pelos conceitos comuns. Rever ou substituir conceitos comuns por conceitos científicos pode fazer com que se perca de vista o problema original, correndo-se o risco de *mudar de assunto* (Strawson 1963: 505).

Na sua resposta a Strawson, Carnap qualifica a relação entre o *explicandum* e o *explicatum*, especificando que ambos devem “servir o mesmo propósito”, o que, supostamente, evitaria o risco de se mudar de assunto (Carnap 1963). Não é claro que esta resposta seja forte o suficiente para apaziguar as preocupações de Strawson. Em geral, a questão acerca da escolha do método mais adequado para abordar problemas filosóficos – explicação ou análise – pode não ter uma resposta unívoca. Aliás, a questão permanece até hoje em aberto.

A literatura pós-Carnapiana sobre a explicação expandiu-se ao longo das décadas. Quine (1960) apresentou também um exemplo de explicação (acerca do conceito de par ordenado; ver Quine 1960: 257-262, §53), adicionando algumas observações metodológicas que sugerem certas diferenças entre a sua concepção e a de Carnap. A relação entre explicação e análise conceptual foi ainda investigada por Tillmann (1965, 1967). Joseph Hanna (1968) discute em que medida um *explicatum* pode vir a diferir de um *explicandum*, propondo uma concepção processual (passo a passo) de explicação. As reconstruções processuais de explicação são também o objecto principal de alguns artigos recentes; por exemplo, Brun (2016) e Cordes (2020). O papel desempenhado pelos critérios de Carnap (similitude, exactidão, frutuosidade e simplicidade) e o modo como se combinam entre si são ainda investigados por Bielyk (2018) que se questiona sobre a função desempenhada pela simplicidade; por Pinder (2022), que propõe uma concepção de frutuosidade sensível-ao-contexto; e por De Benedetto (2020) que procura refinar os critérios de Carnap através de ferramentas geométrico-topológicas.

As contribuições recentes para o estudo da obra de Carnap focam-se especificamente no papel da explicação. André Carus, na sua monografia de 2007, intitulada *Carnap and Twentieth-Century Thought: Explication as Enlightenment*, defende que o propósito da explicação (entre outros) era o de realizar o ideal iluminista do conhecimento como algo independente de factores socio-históricos (Carus 2007: 28). Wagner (2012) oferece mais um contributo sobre o método da explicação.

Nos anos mais recentes, o debate acerca da utilização de métodos formais em Filosofia renovou o interesse na explicação enquanto método merecedor de consideração. Patrick Maher (2007), por exemplo, defendeu a explicação, contra as críticas de Boniolo (2003)

e Eagle (2004), como sendo uma metodologia adequada para a filosofia formal. Dutilh Novaes e Reck (2017) investigaram também os benefícios e os perigos da formalização como método de abordar problemas filosóficos.

Vários autores contemporâneos estabeleceram laços e comparações entre a explicação e outros métodos filosóficos. Georg Brun (2016) estabelece uma conexão não só entre explicação e aquilo a que chama “definições precisadoras” [*precising definitions*], como também entre aquela e o método do equilíbrio reflectido (Brun 2020). Dutilh Novaes compara a explicação Carnapiana com o método politicamente empenhado do “aperfeiçoamento conceptual”, promovido por Sally Haslanger (ver secção 2.2) (2020a), e com a análise da genealogia conceptual de Foucault (2020b). Rudolph (2021) e Smithson (2021) analisaram laços com outras técnicas de investigação conceptual.

Existe também uma literatura em desenvolvimento sobre a relação entre explicação e o que é hoje designado por “filosofia experimental”. Uma vez que esta literatura se sobrepõe em grande medida à discussão sobre a relação entre a engenharia conceptual e a filosofia experimental, as referências encontram-se na secção 4.5.

2.2 *Outros precursores e métodos similares*

Para além da explicação, Cappelen menciona outros precursores, ou métodos relacionados com a engenharia conceptual, que podem ser encontrados na literatura mais recente.

No domínio da meta-ética, Peter Railton (1986, 1989) leva a cabo um projecto revisionista com o intuito de oferecer uma concepção naturalista de conceitos éticos como BOM ou CORRECTO. Este tipo de revisão manifesta a atitude meta-filosófica de Railton face aos conceitos. Segundo o próprio: “Permanece como uma das tarefas das teorias filosóficas lançar luz sobre as maneiras como o discurso funciona e evolui, e motivar uma rectificação específica do discurso que é objecto de teorização” (Railton 1989: 158-9; citado por Cappelen 2018: 14-15).

Tal como foi observado por Cappelen, assim como por Matti Eklund (2021), a ideia de uma engenharia conceptual surge também na obra de Simon Blackburn, que descreve o trabalho do filósofo nos seguintes termos: “Tal como o engenheiro estuda a estrutura das coisas

materiais, também o filósofo estuda a estrutura do pensamento. Os nossos conceitos ou ideias formam o habitáculo mental dentro do qual vivemos. Assim como nos podemos orgulhar das estruturas que construímos, podemos também vir a acreditar que estas precisam de ser desmanteladas para dar lugar a algo novo” (Blackburn 1999: 1; citado por Cappelen 2018: 21-2). O engenheiro descrito por Blackburn pode, por exemplo, aperceber-se das dificuldades relacionadas com o conceito popular de mente (em que a mente existe de uma forma separada do corpo e do cérebro) e tentar desenhar um novo conceito que supere essas dificuldades (por exemplo, um conceito em que a mente é identificada com certas partes do cérebro). De maneira similar, os filósofos podem tentar elaborar um conceito de liberdade em que os humanos podem ser tidos como livres mesmo num mundo determinista.

Sally Haslanger, cujo trabalho é proeminente na filosofia feminista analítica, articula uma concepção de análise conceptual que se encontra próxima da ideia de engenharia conceptual (ver Haslanger 2000, 2012). Ela distingue três abordagens ao estudo dos conceitos. A primeira, designada como “investigação conceptual”, consiste numa articulação de um conceito corrente em que são exploradas as suas “nuances” (Haslanger 2000: 33); por exemplo, uma exploração das várias facetas do nosso conceito de género. A segunda abordagem, designada como “projecto descritivo” (Haslanger 2000: 33), foca-se ainda nos conceitos actuais, mas explora também os fenómenos e objectos que esses conceitos denotam, tentando caracterizá-los da maneira mais adequada possível; por exemplo, uma exploração do género como um tipo social (e não natural) em que se tenta capturar adequadamente o conteúdo representacional deste conceito. A terceira abordagem, designada como “analítica”, debruça-se sobre a função de certos mecanismos representacionais – para que servem, de que modo os adquirimos – e estipula um conceito que melhor desempenha esta função; por exemplo, colocando questões como “Para que serve a noção de género e que conceito desempenharia melhor essa função?” (Haslanger 2000: 33-4). A abordagem analítica, frequentemente designada como “aperfeiçoamento”, encontra-se bastante próxima da ideia de uma engenharia conceptual, um domínio para o qual as contribuições de Haslanger são consideradas valiosas.

3 Caracterizando a engenharia conceptual

Herman Cappelen caracteriza a engenharia conceptual como uma preocupação com “a avaliação e aperfeiçoamento” dos conceitos (Cappelen 2018: 3; 2020: 132). São enumeradas três fases. A primeira é a fase da avaliação, em que a representação conceptual é avaliada quanto às suas falhas e à sua função esperada. Numa segunda fase, as propostas de aperfeiçoamento são apresentadas, testadas e seleccionadas. E, numa terceira fase, o engenheiro conceptual tenta implementar o conceito aperfeiçoado, intervindo, por exemplo, no seu uso linguístico.

A engenharia conceptual coincide em muitos aspectos com o que Alexis Burgess e David Plunkett (2013) designam como “ética conceptual”. Pode-se descrever a ética conceptual como o estudo de questões normativas e avaliativas relacionadas com o pensamento, o discurso e a representação. O eticista conceptual coloca tipicamente questões como as seguintes: “De que maneiras podem os conceitos ser defeituosos?”, “Que conceitos devemos usar? E de que modo devemos usar os termos correspondentes?”. A ética conceptual pode ser vista como uma parte componente da engenharia conceptual – a que explora de maneira mais próxima as questões normativas meta-conceptuais. A engenharia conceptual engloba também tarefas de carácter mais “prático”. Uma delas consiste naquilo a que Burgess e Plunkett (2020) chamam “inovação conceptual”: conceber representações conceptuais novas para corrigir as falhas das que são actualmente usadas. Uma outra tarefa é a “implementação conceptual”, ou seja, o esforço activo para introduzir essas mudanças nas práticas linguísticas de uma certa comunidade.

Consideremos agora alguns exemplos representativas de engenharia conceptual em Filosofia.

3.1 *A verdade segundo Kevin Scharp*

No seu livro *Replacing Truth* (Scharp 2013), Kevin Scharp propõe uma substituição do conceito de verdade no contexto da elaboração de teorias semânticas. A sua proposta pode ser reconstruída de acordo com as três fases enumeradas por Cappelen. Primeiro, Scharp avalia o conceito VERDADE através da relação que este mantém com os paradoxos

a que dá origem. Ao longo de séculos, o conceito de verdade esteve associado ao Paradoxo do Mentiroso. Scharp ilustra o caso através da seguinte versão. Começa-se com a frase S , que diz “ S não é verdadeira”. Se “ S não é verdadeira” é verdadeira, então as coisas são como ela diz, ou seja, S não é verdadeira. Contudo, se S não é verdadeira, então, como é exactamente isso que S diz, “ S não é verdadeira” é verdadeira. Portanto, S será verdadeira, se não o for; e não será verdadeira, se o for. Daqui segue-se, pela lógica clássica, que S é e não é verdadeira ao mesmo tempo. Eis o paradoxo! O diagnóstico de Scharp é que o nosso conceito de verdade é inconsistente, pois os seus princípios constitutivos conduzem a resultados contraditórios e, por isso, falsos. Estes princípios constitutivos descrevem, respectivamente, as operações de ascensão semântica (de p para “ p é verdadeira”) e de descensão semântica (de “ p é verdadeira” para p). Estas operações acabam por conduzir à conclusão paradoxal; por exemplo, estamos a realizar uma descensão semântica quando dizemos “Se “ S não é verdadeira” é verdadeira, segue-se que S não é verdadeira”.

Executada esta avaliação, Scharp apresenta uma proposta revisionista. A sua estratégia consiste em cunhar dois novos conceitos-de-substituição, designados por VERDADE ASCENDENTE e VERDADE DESCENDENTE. A verdade ascendente está ligada à operação de ascensão semântica (de p para “ p é verdadeira”) e a verdade descendente está ligada à operação de descensão semântica (de “ p é verdadeira” para p). Dado que estas duas operações não formam conjuntamente os princípios constitutivos de um conceito único de verdade, pode-se demonstrar que a sua separação em conceitos distintos bloqueia o Paradoxo do Mentiroso na versão apresentada.

Quanto à implementação da sua proposta revisionista, Scharp recomenda que as noções de verdade ascendente e de verdade descendente sejam utilizadas com um propósito teórico – especificamente, na elaboração de teorias semânticas, pois a inconsistência de VERDADE é um problema fundamental neste contexto. O uso no dia-a-dia do antigo conceito de verdade continua a ser aceitável desde que os falantes saibam que, em certas ocasiões, ele já não é aplicável.

3.2 *Género e raça segundo Sally Haslanger*

Um segundo exemplo de engenharia conceptual é o aperfeiçoamento dos conceitos de género e raça proposto por Sally Haslanger (2000, 2012). Em primeiro lugar, é necessário ser-se claro acerca da razão pela qual Haslanger classifica estes conceitos como defeituosos. Segundo ela, os conceitos MULHER e NEGRO não capturam o elemento de subordinação social que caracteriza a existência destes grupos, fazendo com seja difícil explicar os fenómenos persistentes de injustiça e desigualdade que envolvem os membros destas categorias. Haslanger, que opera num quadro construcionista feminista, propõe um modo de aperfeiçoamento que consiste em substituir os conceitos actuais de género e raça por conceitos *que reconheçam* a subordinação económica e sócio-cultural destas categorias.

Na sua proposta, o conceito MULHER deve aplicar-se aos indivíduos cujo sexo assume um papel causal na opressão social a que estão sujeitos. Deste modo, ser mulher consiste em exibir traços corporais que sugerem um certo papel na reprodução humana, estar colocada num papel de subordinação devido a este facto e, com base nestes dois aspectos, ser oprimida numa certa dimensão – económica, política, legal ou social (Haslanger 2000: 44). De maneira análoga, o conceito NEGRO deve aplicar-se aos indivíduos cujos traços corporais, interpretados como evidência de laços ancestrais, têm um papel causal na subordinação social a que estão sujeitos. Ser negro consiste, portanto, em exibir traços corporais associados a uma certa origem, estar, por esse motivo, num papel de subordinação e, baseado nestes dois aspectos, ser oprimido numa certa dimensão – económica, política, legal ou social (Haslanger 2000: 44).

Na medida em que este processo pode atenuar alguns elementos de opressão que devem ser combatidos e, potencialmente, erradicados, Haslanger considera que esta revisão consiste num aperfeiçoamento. Supõe-se que a utilização destes conceitos faz com que, pelo menos, certos falantes se tornem mais conscientes da opressão experienciada por estes grupos. Coloca-se, no entanto, a questão de saber de que modo é possível levar a cabo a fase de implementação. A comunidade linguística que Haslanger escolhe como alvo parece ser constituída, num primeiro estágio, por autores feministas, anti-racistas, e activistas em geral. Contudo, o seu objectivo implícito é apresentar estes

aperfeiçoamentos a um público mais vasto. Esta extensão enfrenta, certamente, alguns desafios. Pode-se questionar, por exemplo, se continua a fazer sentido chamar “mulheres” ou “negros” aos indivíduos descritos pelas caracterizações aperfeiçoadas. Por que razão havemos de continuar a usar as palavras antigas para expressar os novos conceitos? Porque não criar palavras novas? Haslanger diz-nos que existe um significado político na apropriação destas palavras: o seu uso deve ajudar-nos a “compreendermo-nos a nós próprios, e àqueles que nos rodeiam, como indivíduos profundamente moldados pela injustiça” (Haslanger 2000: 48).

3.3 *Outros exemplos*

Os exemplos acabados de apresentar podem ser considerados paradigmáticos da engenharia conceptual. Com efeito, existe uma tendência para encarar a engenharia conceptual como um empreendimento que lida tipicamente com substituições e revisões. Scharp propõe uma *substituição* do conceito de verdade por dois novos conceitos; o projecto de Haslanger pode ser interpretado como uma proposta de *revisão* do conceito pré-existente de mulher. Peter Railton (1986), tal como mencionado na secção 2.2, propõe uma revisão naturalista dos conceitos normativos de BOM e CORRECTO. Andy Clark e David Chalmers (1998) são vistos por Cappelen como proponentes de uma revisão do conceito de CRENÇA, revisão essa que permite classificar como crenças as anotações contidas em tablets ou em cadernos tradicionais de papel. Elizabeth Barnes (2016) defende uma revisão do conceito de DEFICIÊNCIA que permita torná-lo neutro em valor e eliminar o elemento negativo de diferenciação. Kate Manne (2017) procura emendar o conceito de MISOGINIA para que capture de maneira mais adequada o seu carácter socialmente estrutural e interseccional. Vários outros autores podem também ser lidos desta maneira; por exemplo, Tarski em relação ao conceito de verdade, Hempel acerca da confirmação, Ned Block sobre a consciência, James Woodward sobre a causalidade, Edward Craig sobre o conhecimento, Ted Sider sobre a existência, e assim por diante.

Importa, ainda assim, sublinhar que, segundo alguns autores, a engenharia conceptual não se ocupa, necessariamente, apenas com revisões ou substituições. Podemos aplicar esta metodologia *criando*

novas representações conceptuais. Chalmers (2020) chama a isto engenharia conceptual *de novo*, referindo o conceito de SUPERVENIÊNCIA, por ele revisto com o intuito de formular adequadamente certas teses reducionistas (em filosofia da mente, por exemplo) nas quais o conceito de identidade não parecia funcionar. A *eliminação* de conceitos pode também ser incluída como exemplo de engenharia conceptual. É possível descobrirmos que um conceito é desprovido de referente e decidirmos simplesmente abandoná-lo. É isto que Kwame Anthony Appiah defende acerca do conceito de raça – sendo desprovido de referente, encontra-se também desprovido de utilidade. Finalmente, a engenharia conceptual pode estender-se à *preservação* de conceitos. Lindauer (2020a) ilustra este ponto através de cenários hipotéticos; por exemplo, quando a opinião pública resiste à tentativa de um presidente racista de aplicar o conceito de “cidadão verdadeiro” a indivíduos exclusivamente de cor branca.

Importa sublinhar que a engenharia conceptual também é praticada nas ciências e em vários outros domínios de investigação. No campo legal, por exemplo, têm-se verificado revisões profundas dos conceitos de casamento e violação. As alterações ao conceito de massa em Física, de gene em Biologia, assim como as constantes reclassificações e redefinições das doenças mentais no DSM (“Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders”), são mencionadas frequentemente como exemplos de engenharia conceptual no campo das ciências e da medicina.

4 Questões fundacionais acerca da engenharia conceptual

Nos anos mais recentes, o interesse dos filósofos pela engenharia conceptual tem vindo a intensificar-se. Isto resultou num aumento considerável da produção meta-filosófica acerca das questões fundacionais despertadas pela aplicação deste método e pela reflexão sobre o mesmo.

4.1 Qual é o objecto da engenharia conceptual

À primeira vista, podemos ser tentados a responder da seguinte maneira: evidentemente, o objecto da engenharia conceptual são os conceitos.

Contudo, dada a atitude ambivalente dos filósofos relativamente a este tópico, as coisas tornam-se ligeiramente mais complicadas.

Na medida em que os conceitos podem ser caracterizados não só como entidades semânticas, mas também como entidades psicológicas, falar sobre eles pode ser arriscado. Ainda assim, é possível permanecer neutro e adoptar uma perspectiva independente. No debate contemporâneo, de modo a contornar as dificuldades geradas pela natureza e estrutura dos conceitos, Cappelen (2018) adopta uma “perspectiva de austeridade” em que se assume explicitamente que a engenharia conceptual opera sobre *palavras* e sobre os aspectos relacionados com o seu significado (designados “intensões” e “extensões”).

Existem, contudo, tendências divergentes. Alguns autores defendem, por exemplo, uma abordagem psicologicamente mais informada. Edouard Machery (2017) identifica os conceitos com corpos de informação armazenados na memória de longo-prazo, a que os indivíduos recorrem de forma natural, descrevendo a engenharia conceptual como uma alteração de aspectos cognitivos relacionados, entre outras coisas, com as inferências que estamos dispostos a realizar, as nossas expectativas futuras, as previsões e as categorizações. Manuel Gustavo Isaac (2020, 2021a) defende também uma abordagem à engenharia conceptual em que os conceitos são *tipos psicológicos múltiplamente realizáveis*. Isto faz com seja possível operar sobre entidades que, dependendo das circunstâncias, podem consistir em definições, protótipos, exemplares ou outros tipos de estruturas cognitivas, alargando assim o impacto da engenharia conceptual na nossa vida cognitiva. Ryan Nefdt (2021) também se opõe à abordagem austera de Cappelen, sustentando que a existência de perspectivas diferentes acerca do que são conceitos pode contribuir para o desenvolvimento dos projectos de engenharia conceptual. A perspectiva clássica oferece uma visão clara sobre o que a revisão conceptual poderá ser: alterar uma definição ou partes da mesma. Contudo, esta perspectiva tem de lidar com os desafios evidentes relacionados com a tentativa de encontrar definições satisfatórias. As teorias dos protótipos e dos exemplares facilitariam, em certos casos, a tarefa de revisão, dada uma oferta aparentemente maior de protótipos e exemplares. Uma perspectiva focada na elaboração de teorias captura facilmente alguns exemplos claros e relevantes de engenharia conceptual – como os conceitos de massa ou peso – embora enfrente problemas relacionados com os preconceitos [*biases*] que

podem conduzir a más práticas (e.g., a essencialização). Finalmente, as abordagens que aceitam realizações “multimodais” de conceitos permitiriam aos engenheiros conceptuais simular revisões em níveis diferentes, embora tivessem de admitir, em certo grau, a existência de aspectos contextuais que dificultariam a partilha de conceitos.

De acordo com Steffen Koch (2021a), existe uma alternativa importante que escapa às abordagens capturadas pela dicotomia entre visões semânticas e psicológicas, nomeadamente, a ideia de que os conceitos têm *duplo* conteúdo: referencial e cognitivo. Ambos os conteúdos são importantes, pois a engenharia conceptual tanto pode ocupar-se a rever os aspectos referenciais (e.g., as raízes causais de certos espécimes), como os aspectos cognitivos (e.g., as inferências em que tendemos a usar um determinado conceito). Revelando-se adequada, a abordagem de Koch eliminaria a necessidade de escolher entre as perspectivas semântica e psicológica – é possível adoptar ambas.

Outras abordagens promovem uma visão mais liberal dos objectos da engenharia conceptual. Kevin Scharp (2013) e Matti Eklund (2002a, 2002b), por exemplo, focam-se no modo como a engenharia conceptual pode rever aspectos constitutivos da semântica dos conceitos, designados por Scharp como “princípios constitutivos” ou, segundo Eklund, como “frases constitutivas de sentido”. Outros autores são da opinião que a engenharia conceptual é mais interessante quando se aplica a coisas que *não são* conceitos. Para Chalmers (2020), isto acontece quando se lida com teses. Pinder (2021), por seu lado, interessa-se pelo sentido-dos-falantes e Nado (2019) foca-se nos conceitos enquanto funções. Outros autores privilegiam pressuposições semânticas (Richard 2020), conjuntos de crenças ou “concepções” (Sawyer 2020), ou regras para o uso da linguagem (Flocke 2020). De acordo com uma abordagem altamente permissiva, defendida por Mirela Fuš (2021), a engenharia conceptual pode aplicar-se a qualquer mecanismo representativo, desde que o mesmo seja objecto de disputa filosófica.

4.2 *O que torna os conceitos bons ou maus*

Os conceitos podem ser bons ou maus de acordo com uma variedade de aspectos. De um ponto de vista cognitivo e epistemológico, os

conceitos podem ser defeituosos na medida em que prejudicam o raciocínio e a procura da verdade. Um conceito pode, por exemplo, ser *inconsistente* na medida em que a sua definição é contraditória e a sua aplicação conduz a falsidades e contradições, destruindo assim a capacidade dos nossos raciocínios de preservar a verdade dos enunciados. De modo similar, um conceito pode ser *vago* na medida em que nem sempre é possível determinar com clareza, numa variedade de casos, se o mesmo se aplica ou não – os chamados “casos de fronteira”. Ao inviabilizar a obtenção de certas conclusões (sejam elas falsas ou verdadeiras), este fenómeno provoca danos ao raciocínio e à investigação.

Os conceitos também podem ser *epistemicamente* defeituosos na medida em que dão origem a *explicações deficientes*, prejudicando desse modo o exercício das tarefas explicativas (Pérez Carballo 2020). Além disso, os conceitos podem categorizar o mundo de uma maneira errada, falhando em capturar “distinções reais” – “carving nature at its joints” (Sider 2011). Esta é uma falha epistémica, mas também em parte metafísica. Epistémica porque as representações defeituosas não capturam a estrutura da realidade, ou seja, não determinam as distinções que “realmente importam”; metafísica porque a representação conceptual não consegue estabelecer uma correspondência com os factos ou objectos relevantes, ou, pelos menos, não o consegue de uma forma inteiramente adequada.

Para além de exibirem defeitos epistémicos, os conceitos podem apresentar falhas quanto a aspectos *práticos*, sendo os mais importantes aqueles que têm relevância ética, social e política. Alguns conceitos podem, por exemplo, estabelecer categorizações injustas que conduzem à discriminação sistemática de certos indivíduos. Podem conter, ou estar associados, a aspectos avaliativos que desqualificam injustamente certos indivíduos, grupos ou outras entidades sociais (Leslie 2017, Ritchie 2019); ou podem forçar os seus utilizadores a uma categorização distorcida e perversa da realidade (Marques 2020). O engenheiro conceptual pode ser chamado a corrigir estas falhas de natureza prática.

Esta lista de defeitos aponta para “as virtudes” que são esperadas dos resultados destes projectos. É natural pensar-se que os conceitos devem exhibir, ou promover ao mais alto grau, critérios de consistência, exactidão, precisão, frutuosidade explicativa e correspondência

com a realidade. Do lado prático, podemos afirmar que os conceitos devem, tanto quanto possível, ser postos ao serviço da justiça e equidade (para mencionar apenas dois aspectos da moralidade).

Até aqui, considerou-se a avaliação dos conceitos de acordo com a posse de certas “virtudes” e “defeitos”. É agora altura de abordar a seguinte questão: “De que modo se relacionam entre si estas virtudes (e defeitos) na aplicação dos procedimentos característicos da engenharia conceptual?” Será que uma certa virtude, ou conjunto de virtudes, deve ter prioridade absoluta sobre as outras e, como tal, ser aplicada sem restrições? Ou, por outro lado, devem essas virtudes encontrar-se em pé de igualdade em todas as circunstâncias? Analogamente, podemos questionarmo-nos sobre se certos defeitos devem ser evitados a todo o custo, sem outro tipo de consideração. Ou, vice-versa, se certos defeitos podem ser tolerados desde que outras virtudes sejam satisfeitas.

Mona Simion (2018a, 2018b) defende que as virtudes epistémicas devem ter prioridade sobre as outras, afirmando que “um conceito deve ser aperfeiçoado desde que não se verifique uma perda epistémica” (2018: 10). Se o trabalho do engenheiro conceptual resultasse na eliminação de conhecimento, que antes se encontrava ao alcance dos utilizadores, tal não representaria um exemplo legítimo de engenharia conceptual. Eis o exemplo de Simion: O conceito CERVO [*deer*] refere diferentes subespécies: gamo, veado, corço, etc. Suponha-se que uma destas subespécies – e.g., o corço – devido a certas razões biológicas, era mais vulnerável de que as outras, tornando-se uma presa mais fácil e comum para caçadores humanos. Poder-se-ia tentar remediar este facto redefinindo o conceito CERVO na elaboração da Lei da Caça, de maneira que o corço deixasse de ser considerado um cervo. Isto contribuiria para a realização de um objectivo louvável: salvar a vida de muitos indivíduos desta subespécie. Contudo, tal implicaria que certos enunciados, que os utilizadores do conceito estão dispostos a aceitar, se tornariam falsos; por exemplo, à luz desta revisão, o enunciado “um corço pertence à família *Cervidae*” seria falso [*Roe deer is deer*]. Isto implicaria uma perda de conhecimento, dado que os utilizadores competentes não podem conhecer a proposição (agora) *falsa* de que um corço pertence à família *Cervidae*. Na perspectiva de Simion, este exemplo não constitui uma aplicação aceitável da engenharia conceptual.

Uma maneira de responder a Simion consiste em argumentar que, pelo menos nalguns casos, a perda de conhecimento pode ser tolerada desde que seja apenas temporária. Paul-Mikhail Podosky (2018) defende que um exemplo epistemicamente empobrecedor de engenharia conceptual pode ser desejável, e até bem-vindo, se a representação adoptada contribuir para uma reestruturação da realidade que gera novo conhecimento. Por oposição à perspectiva de Simion, há quem defenda visões pluralistas acerca das virtudes que devem ser promovidas pela engenharia social. Manuel Gustavo Isaac (2021b) argumenta a favor de uma abordagem contextualista em que, nalguns contextos, pode ser apropriado dar primazia às virtudes e objectivos epistémicos, enquanto noutros pode ser aceitável perseguir virtudes e objectivos distintos. Isto pode conduzir à produção de uma pluralidade de conceitos, cada um dos quais em sintonia com virtudes e objectivos diferentes (ver também Brigandt e Rosario 2020). Recorrendo novamente ao exemplo do cervo, uma abordagem pluralista poderia consistir na elaboração de um novo conceito $DEER_e$ – que respondesse a preocupações morais relacionadas com a preservação da espécie – e um novo conceito $DEER_b$ – que cuidasse das questões relacionadas com o rigor taxonómico.

4.2 *De que modo os conceitos adquirem conteúdo? Temos algum controlo sobre isso*

Os projectos de engenharia conceptual podem ser bastante ambiciosos. Estes podem ter como alvo, por exemplo, o conteúdo de um conceito utilizado pelo público em geral ou por todos os falantes de uma certa linguagem.

De modo a alcançar estes objectivos ambiciosos, os engenheiros conceptuais têm de investigar o modo através do qual os conceitos adquirem o seu conteúdo semântico. Este é o objecto de estudo da *meta-semântica*, ou seja, da teoria que estuda a origem das propriedades semânticas em geral, incluindo os conteúdos conceptuais (Burgess e Sherman 2014). O debate que decorre actualmente em meta-semântica encontra-se dividido em dois tipos de abordagem: a internista e a externista. Segundo o internismo, o conteúdo de um conceito é determinado por factores internos ao agente. Por exemplo,

o conteúdo do conceito ÁGUA é fixado pela minha crença de que a água é uma substância líquida, transparente, inodora e insípida, que enche os rios e oceanos. Os externistas, por oposição, defendem que o conteúdo de um conceito é parcialmente determinado por elementos externos que pertencem ao mundo (Putnam 1975, Burge 1979). Assim, o conteúdo de ÁGUA é, pelo menos parcialmente, fixado pelo facto de a água, neste planeta, ter a estrutura química H_2O . Se aquilo que habitantes de um outro planeta designam como “água” tiver a estrutura química XYZ, os habitantes da Terra e os habitantes desse planeta possuem conceitos diferentes de água (mesmo que todos tenham as mesmas crenças acerca dela).

Independentemente de qual destas perspectivas é a verdadeira, o engenheiro conceptual tem de lidar com questões relacionadas com o controlo que o agente tem sobre esses conteúdos (Cappelen 2018, Deutsch 2020, 2021). Suponha-se que o engenheiro conceptual tem como objectivo implementar alterações de larga escala numa comunidade linguística. Se o internismo for verdadeiro, o engenheiro tem de conseguir alterar os estados internos dos agentes (e.g., as suas crenças). Se o externismo for verdadeiro, ele terá de controlar factores externos, nomeadamente, os objectos que constituem a referência do conceito, o uso da linguagem, e por aí em diante. Em ambos os casos, é apropriado perguntar o seguinte: Terão os engenheiros conceptuais controlo suficiente sobre estes factores de maneira a conseguir implementar as alterações desejadas?

Se o externismo for verdadeiro, é possível que o sentido das nossas palavras e conceitos seja determinado por relações que nos são desconhecidas. Antes de se descobrir a estrutura química da água, os falantes do português/inglês referiam-se à estrutura química H_2O sem saberem do que se tratava, pois era ela que causava os exemplares do conceito ÁGUA. Este mecanismo pode criar problemas para os engenheiros conceptuais. Apesar dos seus melhores esforços, se o conteúdo conceptual for determinado exclusivamente por este tipo de relações causais, pouco ou nada se poderá fazer quanto ao seu significado.

Se o internismo for verdadeiro, as coisas não parecem ser mais fáceis. Em primeiro lugar, nada nos garante que o engenheiro conceptual consiga alterar os estados internos de um único agente – muito menos de uma comunidade inteira. Os obstáculos cognitivos às mudanças

conceptuais têm vindo a ser apontados por Fischer (2020), Machery (2021) e Ritchie (2021). Além disso, se o público-alvo for uma comunidade alargada de falantes, os mecanismos através dos quais o sentido é determinado poderão depender de factores complexos ligados às relações interpessoais dos agentes, de estados mentais não identificados pelos membros da comunidade, e por aí adiante.

A questão do controlo sobre a implementação conceptual tem gerado um intenso debate. Segundo a visão de Cappelen (2018), os engenheiros conceptuais, sejam eles internistas ou externistas, não possuem suficiente controlo sobre os processos que determinam os significados. Ele assume que, apesar de a engenharia conceptual ser na prática inviável, devemos, ainda assim, persistir em fazê-la. James Andow (2021) defende a mesma ideia usando métodos quantitativos, concluindo que vale a pena dedicarmo-nos ao projecto se o objectivo for suficientemente meritório, ainda que a probabilidade de sucesso seja baixa.

Alguns teóricos externistas têm defendido, *contra* Cappelen, a viabilidade prática da engenharia conceptual. Schroeter e Schroeter (2020), respondendo ao desafio, argumentam que o pessimismo de Cappelen resulta de uma concepção distorcida de externismo semântico, nomeadamente, a ideia de que certos mecanismos causais são profundamente inescrutáveis. Steffen Koch (2018, 2020) defende que as comunidades de falantes têm um controlo prático ou operativo sobre as alterações de significado, mesmo se o externismo for verdadeiro. Koch caracteriza-o como um *controlo colectivo de largo alcance*. Este verifica-se quando existe uma sequência de acções que conduzem à desejada alteração de significado, se executadas por um número suficiente de indivíduos durante um certo período de tempo (Koch 2018: 399). Do lado internista, Joey Pollock (2020) reage ao problema do controlo argumentando que uma teoria acerca da função dos conceitos confere aos agentes um grau suficiente de controlo sobre os seus próprios estados internos, através daquilo que designa como “transparência funcional”. Além disso, se a superveniência for entendida como identidade, os conceitos serão idênticos à sua base meta-semântica. Isto significa que os agentes têm realmente acesso aos factos e às relações que determinam os significados.

Outros autores, respondendo ao desafio da implementação, tentam clarificar o verdadeiro alcance do esforço de implementação, mostrando

que, no caso de esse esforço ser adequadamente delimitado, o desafio deixa de ser insuperável. Mark Pinder (2020b, 2021) sugere que a engenharia conceptual deve ter como alvo o *significado do falante*, no contexto de conversas ou textos específicos (mesmos nos casos em que o objectivo é de larga escala). Jared Riggs (2019) sugere que o projecto deve ter como alvo os aspectos do significado sobre os quais podemos exercer controlo – por exemplo, o uso da linguagem. Sigurd Jorem (2020) explora alternativas similares, como a modelação de significados no contexto de uma conversa, introduzindo novos significados do falante, ou até mesmo novos idiolectos que coincidem largamente com os originais.

Considero que estas propostas, no modo como tentam responder ou contornar o problema do controlo, partilham todas do mesmo espírito: deslocar o foco para algo que os engenheiros conceptuais *podem* realmente alcançar em contextos localizados. É certo que esta maneira de reenquadrar os objectivos da engenharia conceptual pode ser considerada insatisfatória. Este ponto será tratado na secção 4.6, onde se apresentam as perspectivas declaradamente opostas à engenharia conceptual.

4.4 *Será que a engenharia conceptual muda de assunto?*

De acordo com a concepção standard herdada por Carnap, intervir sobre um conceito [*engineering a concept*] implica alterar as suas propriedades semânticas. Pode, por exemplo, implicar uma alteração do conteúdo conceptual (a sua “intensão”), o que, por sua vez, se pode traduzir numa nova definição; ou, por outro lado, pode implicar uma alteração da referência do conceito (a sua “extensão”) – o objecto, ou os objectos, que denota. Mas será que, ao concebermos um novo conceito, estamos de tal maneira a alterar a sua semântica que acabamos também por alterar completamente o conteúdo proposicional? Por outras palavras, será que ao enveredarmos por estes projectos não estamos realmente a *mudar de assunto*?

Esta tema encontrava-se já presente no ataque de Strawson (1963) à explicação Carnapiana (ver secção 2.1). Com efeito, a preocupação de Strawson pode ser transformada numa objecção mais abrangente (Cappelen 2018: 98-100): Quando revemos o conceito C_1 e obtemos o conceito C_2 , como podemos saber que o conceito

C_2 é suficientemente parecido com C_1 de modo a garantir que o conteúdo proposicional não é completamente diferente e, assim, poderemos continuar a usar o conceito não só para efeitos de investigação, mas também para comunicar de forma produtiva?

Aqueles que se opõem à engenharia conceptual podem argumentar que uma certa revisão provoca um desvio excessivo relativamente ao tópico em discussão, o que, segundo eles, compromete a comunicação e investigação futuras. Considere-se, por exemplo, a revisão de Haslanger (2000) do conceito MULHER. Uma das suas consequências é que alguns indivíduos do sexo feminino, por não terem sido vítimas de opressão devido ao seu sexo biológico, deixarão de contar como mulheres. Isto parece ser, de facto, uma “mudança de tópico”: o antigo conceito referia o conjunto dos indivíduos adultos do sexo feminino. Mas quando utilizamos agora o conceito MULHER, estamos a referir-nos ao conjunto de indivíduos que são vítimas de opressão devido ao seu sexo biológico. Isto poderá gerar mal-entendidos entre os utilizadores do antigo conceito, quando afirmam “Christine Lagarde é uma mulher”, e os utilizadores do conceito revisto que consideram apropriado dizer que “Christine Lagarde não é uma mulher”. Quem se opuser ao projecto de Haslanger avaliará negativamente a revisão efectuada devido à possibilidade de esta gerar falhas de comunicação e disputas verbais.

De que modo poderá o defensor da engenharia conceptual lidar com este problema? O engenheiro conceptual tem à sua disposição duas estratégias. A primeira consiste em rejeitar directamente a objecção, recorrendo a um caso específico e argumentando que não se verificou qualquer alteração do tópico em causa. A segunda estratégia consiste em aceitar que se verificou realmente essa alteração, mas argumentar ao mesmo tempo que tal não constitui um problema, ou que essa alteração é desejada e bem-vinda. Consideremos exemplos de ambas as estratégias.

Herman Cappelen (2018), ao invocar a preservação dos “tópicos”, é um defensor da primeira estratégia. Embora um tópico corresponda àquilo de se está a falar, ele não é tão específico quanto as propriedades semânticas do conceito – identificadas com a sua “intensão” (em certa medida, o conteúdo conceptual) e a sua “extensão” (ou referência). Um conceito pode sofrer alterações quanto à sua intensão ou extensão e, ainda assim, ser utilizado para se discutir o mesmo tópico.

Considere-se o conceito MULHER. Cappelen pode argumentar que, apesar de o novo conceito referir agora um conjunto diferente de indivíduos (dada a mudança de extensão), o conceito é ainda "acerca" do mesmo tópico – ou seja, as mulheres. Outros autores, que optam pela mesma estratégia, estabelecem uma conexão entre a preservação do tópico e a *função* do conceito (Prinzing 2017, Simion e Kelp 2019, Nado 2019, Haslanger 2020, Thomasson 2020); no caso de MULHER, eles poderiam argumentar que, dada a preservação da função do conceito – nomeadamente, referir o conjunto das mulheres, permitir que se fale sobre elas, etc. – o tópico permanece o mesmo. Finalmente, é possível defender a primeira estratégia e abraçar simultaneamente a perspectiva externalista (ver Sawyer 2020). Na medida em que o novo conceito continua a referir através dos mesmos mecanismos externos, o tópico endereçado pela sua versão revista continua a ser o mesmo. Isto verificar-se-ia mesmo que a *concepção* de mulher (o conjunto de crenças acerca do que elas são, a sua posição social, etc.) tivesse sido radicalmente alterada. Uma estratégia externalista alternativa, defendida por Ball (2020), consiste em encarar a engenharia conceptual como uma tentativa de “descobrir” aquilo acerca do qual se fala quando se utiliza um conceito, fazendo-o assim coincidir com a sua referência (determinada por mecanismos externos). Desta maneira, tornar-se-ia impróprio falar de “mudança de assunto”.

Por seu lado, todos os que aderem à segunda estratégia defendem a ideia de que, embora se esteja realmente a “mudar de assunto”, tal não constitui um problema (num certo sentido relevante). Koch (2021b) descarta a importância de preservar o tópico (e o problema da sua *descontinuidade*), argumentando que o objecto de discussão não tem qualquer papel teórico na delimitação dos projectos de engenharia conceptual. Belleri (2021) defende que alterar o tópico é aceitável desde que existam maneiras de preservar, ao nível meta-conceptual, a continuidade espacial, temporal e causal entre o antigo e o novo conceito. Uma variante da segunda estratégia passaria por dizer que, embora a mudança de tópico seja um problema, a engenharia conceptual seria ainda assim permissível, *ceteris paribus*, dependendo das circunstâncias específicas.

4.5 Qual é a relação entre a engenharia conceptual, a análise conceptual e a filosofia experimental?

A relação conflituosa entre a explicação Carnapiana e a análise conceptual foi já acima referida. Observações semelhantes parecem aplicar-se à relação entre a análise e a engenharia conceptual. Por um lado, tendo em conta que a primeira é descritiva e a segunda normativa, a análise e a engenharia conceptual parecem estar em nítido contraste. Além disso, o papel do engenheiro conceptual pode ser encarado, precisamente, como o de entrar em jogo assim que a análise conceptual falha; por exemplo, quando tentativas repetidas de analisar o conceito CONHECIMENTO acabam por falhar, o investigador pode tentar definir um novo conceito que satisfaça o objectivo pretendido (Nado 2019). Por outro lado, a análise e a engenharia conceptual poderiam cooperar entre si. Tal como foi antecipado por Carnap (1950), a análise pode ajudar a esclarecer o *explicandum*, “preparando o terreno” para a engenharia conceptual. A medida exacta em que a análise condiciona ou estabelece restrições à engenharia conceptual irá, contudo, variar de caso para o caso. Isto sucede porque o engenheiro conceptual pode tomar os resultados da análise apenas como linhas orientadoras e decidir fazer uma revisão profunda do conceito original – após uma avaliação dos efeitos relevantes, claro.

A análise conceptual é um método filosófico de “poltrona”. Trata-se de um exercício conduzido por especialistas individuais ou por grupos restritos dos mesmos. Existe, contudo, um método alternativo para investigar conceitos: realizar inquéritos com o intuito de testar as intuições dos falantes (especialistas ou não). Esta é a tarefa central da filosofia experimental (também chamada “X-phi”), uma abordagem que nos últimos anos tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos.

A filosofia experimental empírica testa as intuições dos falantes acerca de noções e questões filosóficas (para uma introdução, ver Knobe e Nichols 2017), empregando as ferramentas e metodologias de outras disciplinas científicas, tais como a psicologia experimental e a linguística. Para esse efeito leva a cabo entrevistas, formula questionários e utiliza métodos estatísticos rigorosos para colher dados e interpretá-los. A filosofia experimental inspira-se na análise conceptual na medida em que depende de intuições e do chamado

“método dos casos” (Horvath e Koch 2021). Numa experiência típica, são apresentadas aos sujeitos “vinhetas”, ou pequenas histórias, com pequenas variações entre si, com o intuito de despertar respostas intuitivas diferentes. Os dados recolhidos podem ser usados não só para mostrar que as análises “de poltrona” dos filósofos não são sustentadas pelos dados empíricos, mas também para exhibir as tendências de raciocínio e os preconceitos dos falantes comuns aquando da avaliação de questões filosóficas.

Conseguirão a filosofia experimental e a engenharia conceptual interagir de maneira frutuosa? Esta questão tem sido colocada pelos proponentes de ambos os métodos. Alguns filósofos sugerem que estas experiências podem ser colocadas ao serviço da revisão conceptual. Shepherd e Justos (2015) sugerem que os projectos de filosofia experimental podem ser vistos como uma “fase preparatória” para revisões futuras. Machery (2017) sublinha o papel de clarificação da filosofia experimental ao revelar (1) o conjunto de crenças associadas a um conceito na memória de longo-prazo dos agentes, (2) as inferências que esses agentes estão dispostos a fazer quando o utilizam e (3) a sua fiabilidade representativa [*truth-conduciveness*]. Fisher (2015), por seu lado, sugere que a filosofia experimental ajuda a determinar “as condições de sucesso” relacionadas com a aplicação de um conceito, oferecendo linhas orientadoras para revisões que procuram preservar os benefícios das versões anteriores. Numa veia similar, Nado (2021) acredita que a filosofia experimental pode ser útil para esclarecer quais são as várias funções de um conceito, oferecendo informação orientadora para a fase de revisão.

Pinder (2017) vai mais longe do que Shepherd e Justus (2015), defendendo que a função da filosofia experimental não é meramente preparatória, podendo ser completamente integrada nos projectos de engenharia conceptual. Segundo Pinder, as experiências conduzidas podem informar-nos acerca dos aspectos de um conceito que são considerados relevantes pelos seus utilizadores. Isto ajudará na elaboração de novos conceitos que, ao incluírem o maior número possível desses aspectos, terão uma maior chance de ser implementados, maximizando-se desse modo a sua frutuosidade (para uma crítica a esta proposta, ver Koch 2019). Lindauer (2020b), focando-se em conceitos normativos, acredita que a filosofia experimental pode informar-nos acerca de como uma certa revisão consegue resolver

problemas práticos, indicando o quão frutuosa ela pode vir a ser no respectivo domínio de aplicação. De maneira paralela, Schupbach (2015) sugere que esta metodologia pode ajudar-nos a avaliar em que medida o antigo conceito (o *explicandum*) e a nova versão (o *explicatum*) se assemelham entre si, cumprindo, desse modo, um papel essencial nos projectos de engenharia conceptual. James Andow (2020), estabelecendo uma ligação ainda maior entre os dois métodos, argumenta que a engenharia conceptual pode tornar-se “totalmente experimental”, ou seja, que ela pode utilizar, em qualquer das suas fases, informação obtida empiricamente (e.g., estabelecendo parâmetros e restrições normativas, ou seleccionando o tipo apropriado de conceito).

Por último, existe um método alternativo, designado por “genealogia conceptual”, cuja relação com a engenharia conceptual tem vindo a despertar interesse (ver Queloz 2021, Dutilh Novaes 2020b). Pesquisar a genealogia de um conceito pode ser descrito como uma “engenharia reversa”, em que se procura delinear a função de um conceito através da reconstrução da sua origem. Este exercício etiológico inclui uma componente empírica, mas também um processo imaginativo de ficcionalização. Revelar a função de um conceito através da sua genealogia pode também ajudar a estabelecer restrições e linhas orientadoras para a revisão conceptual.

4.6 *Contra a engenharia conceptual*

As críticas à engenharia conceptual têm vindo a ser articuladas a partir de diversos pontos de vista. Desde logo, é possível questionar as suas condições de possibilidade. Cappelen e Plunkett (2020) mencionam dois desafios.

O primeiro consiste simplesmente em defender que não existem conceitos (Machery 2009). Caso não existam conceitos, não haverá lugar para a engenharia conceptual. Contudo, os seus simpatizantes podem argumentar que, mesmo não existindo conceitos, o engenheiro conceptual pode trabalhar com quaisquer que sejam as entidades que cumprem esse tipo de função: palavras, definições, comentários, mas também crenças ou conjuntos de crenças. Uma consequência de se enveredar por esta alternativa é tornar equívoca a designação “engenharia conceptual” (Isaac 2021c). Chamamos-lhe “engenharia conceptual”, mas deveríamos realmente designá-la como “engenharia

terminológica”, “engenharia definicional” ou “engenharia doxástica”. Apesar de ser uma consequência desagradável, o engenheiro conceptual poderá talvez “aceitar o inevitável” [*bite the bullet*], preservando desse modo a legitimidade do projecto.

O segundo desafio, embora admita a existência de conceitos, pode rejeitar a ideia de que é possível “afiná-los” [*fiddle with them*]. Por exemplo, se os conceitos forem entidades abstractas, essa afinação depende da possibilidade de interferir causalmente com as mesmas, o que seria impossível. Alternativamente, é possível sustentar que o modo através do qual os conceitos adquirem conteúdo é demasiado inescrutável e caótico – seja ele realizado através de mecanismos externos ou internos – tornado difícil, senão mesmo impossível, interferir na sua semântica (Cappelen 2018, Deutsch 2020, 2021).

Os simpatizantes da engenharia conceptual podem responder de uma forma já mencionada na secção 4.3. Se a afinação de conceitos se revelar demasiado difícil ou impossível, o engenheiro conceptual pode afinar os aspectos dos conceitos – *sejam eles quais forem* – que se revelem suficientemente controláveis. Poder-se-á tentar, por exemplo, modificar o uso da linguagem (Riggs 2019) ou agir sobre as normas sociais que governam o seu uso (Nimtz 2021, Löhr 2021). Uma alternativa pode passar por intervir de forma meramente circunscrita, operando sobre o significado que os termos podem adquirir em contextos conversacionais específicos, em textos ou outros meios similares (Pinder 2020b).

Face a estas réplicas, os críticos poderão manter-se cépticos. Talvez se justifique, por exemplo, mantermo-nos pessimistas quanto à possibilidade de intervir de forma efectiva no uso da linguagem ou nas normas em que esta se baseia. Quanto ao significado dos falantes, poderá desagradar-nos chamar a essas intervenções “engenharia conceptual”. Considere-se uma qualquer proposta de redefinição do significado de um termo no contexto de um artigo académico (e.g., “livre-arbítrio”). Podemos chamar a este exercício “engenharia conceptual” ou consistirá ele numa mera estipulação? E o que têm de especial as estipulações? O crítico pode mostrar desconforto quanto à ideia de rotular os actos estipulativos, as redefinições, etc., como instâncias de algo sonante como “engenharia conceptual”, quando no fundo se está a falar de algo perfeitamente comum (Deutsch 2020, 2021). Mais uma vez, ainda que aceite de forma qualificada, este é

um resultado desapontante para os engenheiros conceptuais. Ainda assim, embora possam concordar que as estipulações nada têm de espectacular, podem continuar a defender que estas são, pelo menos, um *primeiro passo* em direcção a uma revisão mais abrangente. Por sua vez, esta revisão só obterá sucesso caso se consiga, em cada contexto específico, interferir com o “significado dos falantes” (ver Pinder 2020b).

Outro desafio importante consiste em saber se a filosofia deve sequer envolver-se neste tipo de projectos. Alguns autores defendem a ideia de que a filosofia não opera sobre conceitos - e.g., CONHECIMENTO, VERDADE ou JUSTIFICAÇÃO. A filosofia lida com o conhecimento, a verdade ou a justificação *qua* propriedades ou relações (Williamson 2007). De acordo com esta perspectiva, a engenharia conceptual não seria classificada como trabalho filosófico genuíno, mas sim como um exercício de reforma meta-linguística ou meta-conceptual. Isto implica que os engenheiros conceptuais não são ou não agem realmente como filósofos. Mais uma vez, cabe aos engenheiros conceptuais decidir se podem aceitar pacificamente este resultado ou se deverão insistir numa concepção de filosofia que inclua, ou se identifique totalmente, com a engenharia conceptual (Scharp 2020). Uma avaliação adequada desta alternativa exigiria uma outra discussão meta-filosófica acerca da natureza e objectivos da filosofia.

5 Observações finais

O objectivo desta entrada foi apresentar ao leitor o método da engenharia conceptual, assim como as questões centrais que dizem respeito à sua aplicação e à sua própria possibilidade. Começámos por apresentar o contexto histórico, focando-nos especialmente na explicação carnapiana, classificando-a como precursora da engenharia conceptual. De seguida, ilustrámos esta metodologia através de exemplos representativos: o trabalho de Scharp sobre a verdade, o de Sally Haslanger sobre o género e a raça, assim como outros projectos que promovem não só a substituição e a revisão, mas também a criação, a eliminação e a preservação de conceitos. A seguir fez-se um inventário dos tópicos discutidos em redor desta metodologia: Com que objectos lidam os engenheiros conceptuais? O que torna um conceito bom ou mau? Existirão “virtudes” conceptuais às quais deva ser

dada prioridade? De que modo adquirem os conceitos o seu conteúdo semântico? Teremos controlo sobre os mecanismos que determinam esse conteúdo? Será que a engenharia conceptual modifica de forma ilegítima os temas que estão a ser investigados e discutidos? De que modo se relaciona este método com a análise conceptual e a filosofia experimental? E, finalmente, como pode o engenheiro conceptual responder às objecções que questionam a própria existência de conceitos, a sua revisibilidade, ou o projecto em si mesmo como empreendimento filosófico? Ainda que estas questões não tenham recebido uma resposta definitiva, pois os debates continuam a decorrer, elas deverão permitir ao leitor adquirir uma noção satisfatória dos temas que caracterizam a discussão da engenharia conceptual enquanto método filosófico.

Delia Belleri
LanCog, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
bellerid@edu.ulisboa.pt

Referências

- Andow, James. 2020. Fully experimental conceptual engineering. *Inquiry*. <https://doi.org/10.1080/0020174X.2020.1850339>
- Andow, James. 2021. Conceptual engineering is extremely unlikely to work. So what? *Inquiry* 64 (1-2):212-226.
- Appiah, Kwame A. 1996. Race, Culture, Identity: Misunderstood Connections. *The Tanner Lectures on Human Values* 17: 51-136.
- Austin, John L. 1957. A plea for excuses. *Proceedings of the Aristotelian Society* 57:1-30.
- Ball, Derek. 2020. Revisionary Analysis without Meaning Change (Or, Could Women Be Analytically Oppressed?). In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*, pp. 35-58. Oxford: Oxford University Press.
- Barnes, Elizabeth. 2016. *The Minority Body: A Theory of Disability*. Oxford University Press.
- Belleri, Delia. 2021. Downplaying the Change of Subject Objection to Conceptual Engineering. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. OnlineFirst: DOI: 10.1080/0020174X.2021.1908161.
- Bielik, Lukáš. 2018. Explication, H-D Confirmation, and Simplicity. *Erkenntnis* 83 (5):1085-1104.
- Blackburn, Simon. 1999. *Think: A Compelling Introduction to Philosophy*. Oxford University Press.
- Boniolo, Giovanni. 2003. Kant's Explication and Carnap's Explication: The Redde Rationem. *International Philosophical Quarterly* 43 (3):289-298.
- Brigandt, Ingo and Esther Rosario. 2020. Strategic Conceptual Engineering for Epistemic and Social Aims. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*, pp. 100-124. Oxford: OUP.
- Brun, Georg. 2016. Explication as a method of conceptual re-engineering. *Erkenntnis* 81(6): 1211–1241.

- Brun, Georg. 2020. Conceptual re-engineering: from explication to reflective equilibrium. *Synthese* 197 (3):925-954.
- Burge, Tyler. 1979. Individualism and the Mental. *Midwest Studies in Philosophy* 4: 73-121.
- Burgess, Alexis and Brett Sherman (eds.). 2014. *Metasemantics: New Essays on the Foundations of Meaning*. Oxford: Oxford University Press.
- Burgess, Alexis and David Plunkett. 2013. Conceptual ethics I-II. *Philosophy Compass* 8(12): 1091–1110.
- Burgess, Alexis and David Plunkett. 2020. *On the Relation Between Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*. *Ratio* 33 (4):281-294.
- Cappelen, Herman and David Plunkett. 2020. A Guided Tour of Conceptual Engineering and Conceptual Ethics. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*, pp. 1-26. Oxford: Oxford University Press.
- Cappelen, Herman. 2018. *Fixing Language: An Essay on Conceptual Engineering*. Oxford: Oxford University Press.
- Cappelen, Herman. 2020. Conceptual Engineering: The Master Argument. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*. Oxford: Oxford University Press.
- Carnap, Rudolf. 1950. *Logical foundations of probability*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Carnap, Rudolf. 1963. Replies and systematic expositions. In P. Schilpp (ed.), *The philosophy of Rudolf Carnap*, pp. 859–1013. LaSalle, IL: Open Court.
- Carus, André W. 2007. *Carnap and Twentieth-Century Thought: Explication as Enlightenment*. Cambridge University Press.
- Chalmers, David J. 2020. What is Conceptual Engineering and What Should it Be? *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. DOI: 10.1080/0020174X.2020.1817141.
- Clark, Andy and David J. Chalmers. 1998. The extended mind. *Analysis* 58 (1):7-19.
- Cordes, Moritz. 2020. The constituents of an explication. *Synthese* 197 (3):983-1010.
- De Benedetto, Matteo. 2020. Explicating ‘Explication’ via Conceptual Spaces. *Erkenntnis*:1-37.
- Deutsch, Max. 2020. Speaker’s reference, stipulation, and a dilemma for conceptual engineers. *Philosophical Studies* 177 (12):3935-3957.
- Deutsch, Max. 2021. Still the same dilemma for conceptual engineers: reply to Koch. *Philosophical Studies* 178: 3659–3670.
- Dutilh Novaes, Catarina and Erich Reck. 2017. Carnapian explication, formalisms as cognitive tools, and the paradox of adequate formalization. *Synthese* 194 (1):195-215.
- Dutilh Novaes, Catarina. 2020a. Carnapian Explication and Ameliorative Analysis: A Systematic Comparison. *Synthese* 197 (3):1011–1034. DOI:10.1007/s11229-018-1732-9.
- Dutilh Novaes, Catarina. 2020b. Carnap meets Foucault: conceptual engineering and genealogical investigations, *Inquiry*. DOI: 10.1080/0020174X.2020.1860122.
- Eagle, Antony. 2004. Twenty-one arguments against propensity analyses of probability. *Erkenntnis* 60 (3):371–416.
- Eklund, Matti. 2002a. Inconsistent Languages. *Philosophy and Phenomenological Research* 64 (2):251-275.
- Eklund, Matti. 2002b. Personal identity and conceptual incoherence. *Noûs* 36 (3):465-485.

- Eklund, Matti. 2021. Conceptual Engineering in Philosophy. In Khoo, J. and Sterken, R. (eds.), *The Routledge Handbook of Social and Political Philosophy of Language*. London: Routledge.
- Fischer, Eugen. 2020. Conceptual control: on the feasibility of conceptual engineering. *Inquiry*: 1-29.
- Fisher, Justin C. 2015. Pragmatic experimental philosophy. *Philosophical Psychology*. 28 (3):412-433.
- Flocke, Vera. 2020. How to engineer a concept. *Philosophical Studies*. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11098-020-01570-4>
- Fuš, Mirela. 2021. *Assert This: "Philosophers Are Engineers". A Study of Philosophical Engineering and Generic Judgments* [Unpublished doctoral dissertation]. University of Oslo and University of St Andrews.
- Hanna, Joseph F. 1968. An Explication of 'Explication'. *Philosophy of Science*, 35 (1): 28-44.
- Haslanger, Sally. 2000. Gender and Race: (What) Are They? (What) Do We Want Them to Be? *Noûs* 34 (1): 31–55.
- Haslanger, Sally. 2012. *Resisting Reality: Social Construction and Social Critique*. Oxford University Press.
- Haslanger, Sally. 2020. Going On, Not in the Same Way. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*, pp. 230–260. Oxford: Oxford University Press.
- Horvath, J. and Steffen Koch. 2021. Experimental philosophy and the method of cases. *Philosophy Compass*, 16: e12716. <https://doi.org/10.1111/phc3.12716>
- Isaac, Manuel G. 2020. How To Conceptually Engineer Conceptual Engineering? *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2020.1719881>.
- Isaac, Manuel G. 2021a. Broad-Spectrum Conceptual Engineering. *Ratio: An International Journal for Analytic Philosophy* 34 (4):286–302.
- Isaac, Manuel G. 2021b. Post-Truth Conceptual Engineering. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2021.1887758>.
- Isaac, Manuel G. 2021c. What Should Conceptual Engineering Be All About? *Philosophia: Philosophical Quarterly of Israel*:1–13.
- Jorem, Sigurd. 2021. Conceptual engineering and the implementation problem. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* 64 (1-2):186-211.
- Knobe, Joshua and Shaun Nichols. 2017. Experimental Philosophy. In Zalta, E. N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2017 Edition) URL = <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/experimental-philosophy/>.
- Knoll, Viktoria. 2020. Verbal disputes and topic continuity. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. DOI: 10.1080/0020174X.2020.1850340.
- Koch, Steffen. 2018. The externalist challenge to conceptual engineering. *Synthese*, online-first. <https://doi.org/10.1007/s11229-018-02007-6>.
- Koch, Steffen. 2019. Carnapian explications, experimental philosophy, and fruitful concepts. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* 62 (6):700-717.
- Koch, Steffen. 2020. There is no dilemma for conceptual engineering. Reply to Max Deutsch. *Philosophical Studies* 178 (7):2279-2291.
- Koch, Steffen. 2021a. Engineering what? On concepts in conceptual engineering. *Synthese* 199:1955–1975.
- Koch, Steffen. 2021b. Why Conceptual Engineers Should Not Worry About Topics. *Erkenntnis*. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10670-021-00446-1>.
- Leslie, Sarah J. 2017. The Original Sin of Cognition: Fear, Prejudice, and Generalization. *Journal of Philosophy* 8: 393–421.

- Lindauer, Matthew. 2020a. Conceptual Engineering as Concept Preservation. *Ratio* 33 (3):155-162.
- Lindauer, Matthew. 2020b. Experimental philosophy and the fruitfulness of normative concepts. *Philosophical Studies* 177 (8):2129-2152.
- Löhr, Guido. 2021. Commitment engineering: conceptual engineering without representations. *Synthese*. <https://doi.org/10.1007/s11229-021-03365-4>
- Machery, Edouard. 2009. *Doing Without Concepts*. Oxford University Press.
- Machery, Edouard. 2017. *Philosophy Within its Proper Bounds*. Oxford: Oxford University Press.
- Machery, Edouard. 2021. A new challenge to conceptual engineering, *Inquiry*, DOI: 10.1080/0020174X.2021.1967190.
- Maher, Patrick 2007. Explication Defended. *Studia Logica* 86 (2):331-341.
- Manne, Kate. 2017. *Down Girl: The Logic of Misogyny*. Oxford: Oxford University Press.
- Marques, Teresa. 2020. Amelioration vs. Perversion. In Marques, T. and Wikforss, A. M. (eds.). *Shifting Concepts: The Philosophy and Psychology of Conceptual Variability*. Oxford: Oxford University.
- Nado, Jennifer. 2019. Conceptual Engineering, Truth, and Efficacy. *Synthese*. OnlineFirst: doi:10.1007/s11229-019-02096-x.
- Nado, Jennifer. 2021. Conceptual engineering via experimental philosophy. *Inquiry* 64:1-2, 76-96, DOI: 10.1080/0020174X.2019.1667870.
- Nefdt, Ryan M. 2021. Concepts and conceptual engineering: answering Cappelen's challenge. *Inquiry*. DOI: 10.1080/0020174X.2021.1926316.
- Nimtz, Christian. 2021. Engineering concepts by engineering social norms: solving the implementation challenge, *Inquiry*. DOI: 10.1080/0020174X.2021.1956368
- Pérez Carballo, Alejandro. 2020. Conceptual Evaluation: Epistemic. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*. Oxford: Oxford University Press.
- Pinder, Mark. 2017. Does Experimental Philosophy Have a Role to Play in Carnapian Explication? *Ratio* 30 (4):443-461.
- Pinder, Mark. 2020a. On Strawson's critique of explication as a method in philosophy. *Synthese* 197 (3):955-981.
- Pinder, Mark. 2020b. Conceptual engineering, speaker-meaning and philosophy, *Inquiry*, DOI: 10.1080/0020174X.2020.1853342
- Pinder, Mark. 2021. Conceptual Engineering, Metasemantic Externalism and Speaker-Meaning, *Mind* 130, 517: 141–163, <https://doi.org/10.1093/mind/fzz069>.
- Pinder, Mark. 2022. What Ought a Fruitful Explicatum to be? *Erkenntnis* 87 (2):913-932.
- Podosky, Paul M. 2018. Ideology and normativity: constraints on conceptual engineering. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2018.1562374>.
- Pollock, Joey. 2020. Content internalism and conceptual engineering. *Synthese*. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11229-020-02815-9>.
- Prinzling, Michael. 2017. The Revisionist's Rubric: Conceptual Engineering and the Discontinuity Objection. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* 61 (8): 854–880.
- Putnam, Hilary. 1975. The meaning of "meaning". *Minnesota Studies in the Philosophy of Science* 7:131-193.
- Queiroz, Matthieu. 2021. *The Practical Origins of Ideas: Genealogy as Conceptual Reverse-Engineering* (Open Access). Oxford: Oxford University Press.
- Quine, Willard V. O. 1960. *Word and Object*. New York/London: The Technology Press (MIT)/John Wiley & Sons.

- Railton, Peter. 1986. Moral Realism. *The Philosophical Review* 95: 163–207.
- Railton, Peter. 1989. Naturalism and prescriptivity. *Social Philosophy and Policy* 7 (1): 151.
- Richard, Mark. 2020. The A-project and the B-project. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*, pp. 358–378. Oxford: Oxford University Press.
- Riggs, Jared. 2019. Conceptual engineers shouldn't worry about semantic externalism, *Inquiry*. DOI: 10.1080/0020174X.2019.1675534
- Ritchie, Katherine. 2019. Should We Use Racial and Gender Generics? *Thought: A Journal of Philosophy* 8: 33–41.
- Ritchie, Katherine. 2021. Essentializing Language and the Prospects for Ameliorative Projects. *Ethics* 131 (3):460–488.
- Rudolph, Rachel E. 2021. Conceptual Exploration. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. doi: 10.1080/0020174X.2021.2002053
- Ryle, Gilbert. 1949. *The Concept of Mind*. New York: Barnes and Noble.
- Sawyer, Sarah. 2020. Truth and objectivity in conceptual engineering, *Inquiry* 63:9-10, 1001-1022, DOI: 10.1080/0020174X.2020.1805708
- Scharp, Kevin. 2013. *Replacing Truth*. Oxford: Oxford University Press.
- Scharp, Kevin. 2020. Philosophy as the Study of Defective Concepts. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*. Oxford: Oxford University Press.
- Schroeter, Laura and François Schroeter. 2020. Inscrutability and Its Discontents. *Canadian Journal of Philosophy*, 50, 566 - 579.
- Schupbach, Jonah N. 2017. Experimental Explication. *Philosophy and Phenomenological Research* 94 (3):672-710.
- Shepherd, Joshua and James Justus. 2015. X-Phi and Carnapian Explication. *Erkenntnis* 80 (2): 381–402. doi: 10.1007/s10670-014-9648-3.
- Sider, Theodore. 2011. *Writing the Book of the World*. Oxford: Oxford University Press.
- Simion, Mona and Chris Kelp. 2020. Conceptual Innovation, Function First. *Nous* 54 (4):985–1002. doi:10.1111/nous.12302.
- Simion, Mona. 2018a. Epistemic Trouble for Engineering 'Woman'. *Logos and Episteme* 9 (1):91-98.
- Simion, Mona. 2018b. The 'should' in conceptual engineering. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* 61 (8):914-928.
- Smithson, Robert. 2021. Conceptual cartography. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* 64 (1-2):97-122.
- Strawson, Peter F. 1963. Carnap's views on constructed systems versus natural languages in analytic philosophy. In P. Schilpp (ed.), *The philosophy of Rudolf Carnap*, pp. 503–518, LaSalle, IL: Open Court.
- Strawson, Peter. 1949. Truth. *Analysis* 9, 6:83–97.
- Thomasson, Amie L. 2020. A Pragmatic Method for Conceptual Ethics. In Burgess A., Cappelen H. and Plunkett D. (eds.) *Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*, pp. 435–458. Oxford: Oxford University Press.
- Tillman, Frank A. 1965. Explication and Ordinary Language Analysis. *Philosophy and Phenomenological Research*, 25 (3): 375-383.
- Tillman, Frank A. 1967. Linguistic Portrayal and Theoretical Involvement. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27 (4): 597-605.
- Wagner, Pierre (ed.). 2012. *Carnap's Ideal of Explication and Naturalism*. Basingstoke, England: Palgrave-Macmillan.
- Williamson, Timothy. 2007. *The Philosophy of Philosophy*. Oxford: Blackwell.